

Professoras em Campo Verde (MT): Migração e Convivência

Teachers in Campo Verde (MT): Migration and Coexistence

Maria das Graças Campos

Universidade de Cuiabá, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino/UNIC/IFMT.

Email: mdgcampos@uol.com.br

Resumo

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa, que estudou o percurso vivido por professoras migrantes, que atuam em escolas públicas no município de Campo Verde, interior do Estado de Mato Grosso. Nos estudos foram consultadas fontes documentais e orais, na medida em que a investigação procurou situar e refletir o processo de ocupação da cidade, bem como as implicações humanas e ambientais atinentes a esse processo. Nesse espaço geográfico e de sociabilidade, também considerada fronteira humana, são reproduzidas formas de convivências pacíficas e solidárias, mas ainda são lugares segregadores, nos quais estereótipos, preconceitos e discriminação permeiam as relações sociais, principalmente, com a população autóctone, como os índios e os negros. A partir da reflexão acerca da forma de ocupação e organização da cidade, buscou-se responder às questões étnico-raciais que permeiam as relações sociais e educativas da cidade, muitas vezes, conflituosas no cotidiano de alunos, pais e professores. Os resultados da pesquisa contribuíram, também, para uma reflexão sobre os motivos, que impulsionaram o processo de migração e a necessidade de maior preservação dos recursos naturais frente ao crescimento da monocultura.

Palavras-chave: Migração. Ocupação. Convivências e Conflitos.

Abstract

This paper presents part of the results of a survey, which studied the route experienced by migrant teachers working in public schools in the municipality of Campo Verde, interior of the state of Mato Grosso. In the studies oral and documentary sources were consulted, to the extent that the research sought to situate and reflect the process of occupancy of the city, as well as the human and environmental implications related to this process. In this geographic space and sociability, also considered human frontier, are reproduced forms of peaceful cohabitation and solidarity, but there are still segregating places, in which stereotypes, prejudices and discrimination permeates the social relations, especially, with the indigenous population, such as the Indians and blacks. From the reflection about the form of occupation and organization of the city, it was sought to respond to the ethnic-racial issues that permeate the social relations and educational activities of the city, many times, conflicting in the everyday life of students, parents and teachers. The results of the research contributed also to a reflection on the reasons that drove the migration process and the need for greater preservation of natural resources before the monoculture growth.

Keywords: Migration. Occupancy. Coexistence and Conflicts.

1 Introdução

Esta pesquisa se insere no campo dos estudos do fenômeno migratório, tendo como objetivo compreender a vida de professoras, provenientes de outros Estados, que atuam em escolas públicas do município de Campo Verde, no interior do Estado de Mato Grosso (MT). Considera-se que os resultados desta pesquisa poderão subsidiar leituras e reflexões a respeito dos elementos impulsionadores do processo migratório vivenciado por essas educadoras.

Depreende-se da análise desse material, que a ideia de fronteira transcende os limites geográficos, as paisagens, as formas de exploração e a manutenção das áreas ocupadas e que os movimentos históricos, econômicos e sociais influenciam, de maneira significativa, o rumo das movimentações humanas ocorridas nessas frentes.

Um aspecto relevante das relações interpessoais que esta pesquisa procurou apreender é como ocorre o encontro com o outro, seja no ambiente social, de trabalho ou nas relações de

convivência escolar.

A pesquisa destaca, ainda, que o Estado de Mato Grosso vem recebendo, nas últimas décadas, um contingente significativo de migrantes. Dessa forma, acredita-se que em Campo Verde encontra-se campo fértil para refletir também a respeito da segregação social, tentando compreender como ocorre o processo de aceitação e/ou exclusão das pessoas que para lá se dirigem, dispostas a ampliar as possibilidades de vida e de opção de trabalho.

Para melhor compreensão de como ocorre a convivência das professoras migrantes nessa nova sociedade, propõe-se na investigação ora apresentada uma reflexão sobre como foram construídos conceitos e opiniões, bem como preservados seus valores, apesar das diferenças e contradições inerentes ao encontro com o outro, nesse caso, o diferente.

Secchi (2004, p.10), a respeito do tema, afirma que: “o diferente é sempre o outro, isto é, a criança, o idoso, o índio, o estrangeiro, ou qualquer outra pessoa ou grupo cuja

característica difere do meu grupo de pertencimento”.

Outra questão que norteia esta pesquisa é a identificação dos motivos que levaram essas mulheres migrantes a optar pela carreira do magistério. Algumas já exerciam essa atividade em seus locais de origem; outras abraçaram a profissão, premidas pelas circunstâncias; outras, por sua vez, admitem paixão e orgulho pela docência, acreditando-se identificadas com o ofício de ensinar.

As reflexões a respeito do processo migratório das professoras de Campo Verde levam a revisitar os estudos realizados por Nóvoa (1991) sobre a vida dos professores. Em sua obra, ele registra que, a partir da publicação do livro de Ada Abraham, em 1984, intitulado: “O Professor é uma Pessoa”, a literatura pedagógica foi invadida por inúmeras obras e estudos, que tratam da vida dos professores, carreira e percursos profissionais, de biografias e autobiografias docentes ou do desenvolvimento pessoal dos professores, que recolocaram os professores no centro dos debates educativos e das problemáticas da investigação.

E é tendo como base a memória educativa dessas migrantes, que se pretende analisar um material, que contribuiu para formar a identidade dessas professoras.

A escolha do local (município de Campo Verde, Mato Grosso) para realização da pesquisa se deveu a três fatores: a) conhecimento da região, por lá ter residido; b) distância do município em relação à capital do Estado (120 km); c) por considerar o local um campo propício para estudos do fenômeno migratório, que evoluiu sensivelmente na região, a partir da década de 1970.

Importante reconhecer que, como filha de migrantes, a temática para a pesquisadora estava ligada à própria história de vida. Por diversas vezes, nas entrevistas, houve memórias da infância e da vida de professora na região.

A família desta pesquisadora é oriunda do Estado de Minas Gerais. Atraídos pela fertilidade das terras e possibilidades de ampliação de espaços para o cultivo, a família se mudou para o então município de Jaciara (hoje, Juscimeira), localizado a 60 km de Campo Verde, na região sudeste do Estado de Mato Grosso, em 11 de março de 1964, tendo construído uma das primeiras casas de alvenaria à beira da Rodovia BR-364, na localidade a princípio denominada Juscelândia (homenagem a Juscelino Kubitschek). O fundador do povoado, João Mateus Barbosa, era um agricultor mineiro, que veio para a região em 1954, proveniente da cidade de Diamantina. Era um negro altivo, sábio, que se ouvia, por longas horas, dialogar com pai da pesquisadora, na sala de estar da casa. Quando da emancipação do município, seu filho, Daniel Barbosa, foi um dos primeiros prefeitos de Juscimeira.

No local, ainda com muita mata, as estradas eram de difícil acesso, de barro batido, que levantava bastante poeira. Não havia comércio, farmácia nem médico na localidade. As roupas e calçados eram comprados em Rondonópolis, que, já naquela época, dispunha de um bom centro comercial. A carne era em

charque e provinha de outros Estados. Literalmente, sentia-se na pele o desafio de conviver com problemas e situações adversas, pois os ataques dos mosquitos, que proliferavam em virtude dos desmatamentos, causavam feridas por toda a perna. Enfrentou-se febres e diversas endemias, que não eram comuns na região de origem. Entretanto, embora a luta pela sobrevivência fosse árdua, o que mais fazia sofrer era a saudade do convívio com os familiares, que permaneceram em Minas Gerais.

Como no local ainda não havia escola, houve o imprevisto de uma sala de aula construída com folhas de babaçu e pau-a-pique e chão batido, às margens do rio Areia. Diante da precariedade da situação, as famílias dos pioneiros do lugar se mobilizaram e construíram as primeiras salas de aula de alvenaria, convidando duas professoras primárias – D. Geni e sua filha Geneci – para ministrar as aulas.

Entretanto, cumpre esclarecer que a opção pela temática de estudos da vida de professoras migrantes não se deveu apenas ao fato de ser a pesquisadora filha de migrantes, uma vez que, ao ingressar no mestrado em 1998, houve a identificação com o grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT).

O NEPRE desenvolve pesquisas sobre a temática “Relações Raciais e Educação”, com o propósito de compreender os diferentes processos, que envolvem as relações étnico-raciais no contexto escolar. Em uma de suas linhas de pesquisa, o NEPRE estuda a trajetória e os encontros de professoras migrantes, urbanas, camponesas, que atuam em espaços públicos e privados, visando revelar, por meio de depoimentos individuais, um conjunto de condições históricas de vida particular e vida social na comunidade em que vivem e trabalham.

2 Material e Métodos

Diante da dimensão subjetiva das vivências e dos fenômenos humanos, ao investigar a vida de professoras migrantes, optou-se pela pesquisa qualitativa, que, na perspectiva de Minayo (2010), ocupa-se com o nível de realidade, quando se estuda o que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Nesse sentido, a História Oral possibilitou estudos e reflexões da situação de convivência e das relações, que são estabelecidas, por meio da apropriação de fontes secundárias dos depoimentos das professoras a respeito de suas histórias de vida. A História Oral tem sido utilizada, especialmente, para dar voz a experiências, opiniões, sentimentos e visões de mundo do cidadão comum, individualmente ou como grupo social.

Certamente, esta pesquisa dará voz às professoras que, muitas vezes, são ignoradas pela história produzida pelos meios oficiais. Considera-se fundamental documentar as trajetórias das professoras. Montenegro (2011, p.12) colabora

com esse argumento ao afirmar: “Na medida em que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm de suas vidas”.

A pesquisa descreve o cenário e o contexto cultural de fundação do município de Campo Verde, estudando, ainda, o perfil das professoras migrantes e a organização socioespacial da cidade, na qual se configuram aspectos de segregação espacial e social. É nítida a divisão da cidade em três grandes blocos de bairros – cada um servindo de nicho para abrigar os indivíduos classificados de acordo com o seu poder aquisitivo. Assim, para melhor analisar as interações e as contradições, que fazem parte da vida das professoras migrantes, adotou-se o conceito simbólico de “ilha”, designando para cada conjunto de bairros em um nome-fantasia: Ilha I: Campo Real; Ilha II: São Lourenço; Ilha III: Recanto do Bosque.

3 Resultados e Discussão

A migração no Brasil se deve, primordialmente, à inconstância dos ciclos econômicos e de uma economia planejada independentemente das necessidades da população. Nesse sentido, Joanoni Neto (2007) afirma que a história do processo de ocupação do Estado de Mato Grosso envolve o secular e intenso fluxo migratório existente no país, quando os migrantes são deslocados, ora provocado por ações do Estado, ora contrariando as políticas públicas propostas para a região. Esses processos, às vezes, são conflituosos, transformando de forma acelerada as paisagens e alterando os equilíbrios políticos.

Na década de 1930, foram significativos os processos migratórios dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais para São Paulo. Enquanto os paulistas iam se deslocando para o norte do Paraná, que no período de 1930-60 recebeu um processo migratório muito intenso, os Estados de Goiás, Pará e Mato Grosso passaram a ser atração para as migrações camponesas. Na década de 1970, o Paraná deixa de ser polo atrativo das migrações e o Estado de Mato Grosso ocupa esse espaço (SCHUSSLER, 2007).

Colaboram na compreensão das correntes migratórias, os estudos de Martins (1991), na medida em que ele relaciona as crescentes tensões sociais na Amazônia à natureza dos movimentos populacionais produzidos pela estrutura fundiária brasileira. O autor distingue, no Brasil, três grandes correntes migratórias, duas das quais foram orientadas para a ocupação da Região Amazônica.

Martins (1991) destaca a corrente que leva trabalhadores do Nordeste para o Sul do país, convergindo maior fluxo de migrantes para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Do Nordeste parte outra corrente em direção ao Norte e ao Centro-Oeste, basicamente rumo à Amazônia Legal. Outra grande corrente migratória, considerada mais recente, é a que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para Mato Grosso e Rondônia.

O mesmo autor afirma que repercutem, no processo de

colonização em Mato Grosso, três fases impulsionadoras da migração no país. A primeira, denominada Marcha para o Oeste, foi criada em 1938 pelo governo de Getúlio Vargas, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o Centro-Oeste do Brasil, no qual havia muitas terras desocupadas, visando à ocupação e ao desenvolvimento do interior do Brasil. Já na década de 1940, amplia-se o processo de ocupação de grande parte das terras de Mato Grosso, mais especificamente, na região dos rios das Mortes e Araguaia. Configurava-se, assim, o início da ocupação da Amazônia Legal.

Contudo, esses espaços considerados vazios já se encontravam, em sua maioria, ocupados por inúmeras tribos indígenas. Mesmo assim, a Região Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso, foi explorada e uma imensa área ocupada por povos de diferentes etnias (SCHUSSLER, 2007).

A segunda fase é identificada por Martins (1991), nos anos de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e a construção da nova capital federal, Brasília, ocasionando a ocupação de terras e a fundação de cidades ao longo das rodovias em Goiás e no Pará.

A terceira fase é protagonizada pelos governos militares pós-1964. Para pôr fim à recessão econômica que se instalara no país, a partir de 1967, o Governo Federal realizou um amplo programa de abertura, concedendo inúmeras vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais, que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos, que viessem a se instalar na Região Amazônica.

Guimarães Neto (2006) afirma que mais de cem municípios de Mato Grosso que surgiram, nas últimas décadas, podem ser analisados como parte da estratégia política dos governos militares de controle dos conflitos agrários nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Segundo essa autora, as medidas apresentadas em discurso oficial como de distribuição racional da população do país e ocupação dos espaços considerados vazios da Amazônia impediram o livre acesso – ou acesso regulado – de trabalhadores sem terra e pequenos proprietários às terras devolutas do Estado:

As medidas governamentais que estimularam a ocupação dirigida na Amazônia, em parceria com a iniciativa privada, foram implementadas no âmbito dos Planos Nacionais que reestruturaram novas práticas de domínio político para o território nacional. Os polos de desenvolvimentos econômicos, as políticas de incentivos fiscais e a implementação de grandes eixos rodoviários na região Amazônica encontram-se entre as estratégias mais importantes para a exploração econômica dos novos espaços (GUIMARÃES NETO, 2006, p.5).

Constata-se, assim, que políticas e propagandas governamentais com vista à ocupação e à expansão de fronteiras no campo das atividades extrativistas e agropecuárias, ao lado da construção de Brasília e a abertura de rodovias contribuíram para que uma significativa quantidade de migrantes, de várias

partes do país, se deslocasse para o Centro-Oeste.

3.1 Povo Bororo: primeiros habitantes

Os primeiros habitantes da região sudeste do Estado de Mato Grosso foram os Bororo – Boé, como se autodenominavam pertencentes à família linguística do tronco Macro-Jê. Esses povos se destacam dentre os indígenas das terras baixas sul-americanas pelos crescentes estudos etnológicos, sobretudo nos aspectos da cultura e da organização social, com pouca ênfase na demografia. Os bororos também ficaram conhecidos como índios coroados, graças ao corte de cabelo, que lembrava uma coroa.

A região do atual município de Campo Verde sofreu intensa movimentação, a partir do século XVII, quando aventureiros e sertanistas cruzaram seu território à procura do lendário ouro das Minas dos Martírios. Segundo Ferreira (1993), os bororos tornavam difícil a passagem pela região, que também era a rota de quem saía de São Paulo, Minas Gerais ou Goiás com destino ao Mato Grosso.

Antes do contato com não índios, os bororos ocupavam um território de aproximadamente 400 mil quilômetros quadrados, compreendidos entre Bolívia (a oeste), rio Araguaia (ao leste), rio das Mortes (ao norte) e rio Taquari (ao sul) (BORDIGNON; SILVA, 1987).

De acordo com esses autores, até as últimas décadas do século XIX, a população dos bororos em Mato Grosso era de 10 mil índios. Durante pelo menos um século, os bororos orientais foram citados nos relatórios dos presidentes da então província de Cuiabá como “bárbaros de vida errante” e “indomáveis”. Eles eram considerados uma ameaça constante à ocupação do território circunvizinho a Cuiabá, impedindo a ligação entre Mato Grosso e Goiás.

Inúmeras expedições de extermínio foram organizadas, com a finalidade de punir os bororos orientais por defenderem seu território. Essas bandeiras, que sempre provocavam revide, capturavam mulheres e crianças, que eram distribuídas entre as famílias cuiabanas:

Acaba ella (sic) [a bandeira] de regressar, trazendo 14 índios que foram apreendidos, sendo três índias adultas, cinco menores do sexo masculino e seis do feminino; em consequência disso, tratei 1º. de mandá-los vestir, brindá-los com canquilharias, e dar-lhes o cotidiano sustento [...] e foram distribuídos em casa de famílias que melhor tratamento e educação possam dar-lhes (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, 1856 apud BORDIGNON; SILVA, 1987, p. 56).

Perseguidos por forças militares e paramilitares, a história desses povos configura uma resistência tenaz ao avanço das frentes de expansão (pastoris, extrativistas e agrícolas) (BORDIGNON; SILVA, 1987). Nesse processo, os índios bororo orientais foram quase totalmente dizimados, por frequentes caravanas de migrantes, que buscavam acesso à região, além dos diversos conflitos com aventureiros e fazendeiros da região, que queriam ampliar suas terras.

Segundo Ferreira (1993), a situação se agravou de tal sorte que se instalaram, em número reduzido, na aldeia do Mururé

Sangradouro, no município de General Carneiro. Dos 10 mil índios que ocupavam a região, restavam 629. Já os povos que vivem nas aldeias Garças e Merure, a leste de Mato Grosso, encontram-se praticamente em extinção. Estudos recentes alertam para o forte processo de aculturação que os indígenas vêm sofrendo. Observa-se que nessas aldeias as moradias dos bororo são organizadas em arruamento com alvenaria e contam com energia elétrica e água encanada. Tal forma de construção das moradias fere, literalmente, a tradição da circularidade dos povos bororo, fundamental para o cultivo de seus ritos e, principalmente, o do culto a seus mortos.

3.3 Processo de ocupação do município de Campo Verde

A história da ocupação da região onde hoje está localizado o município de Campo Verde pode ser dividida em duas etapas. A primeira, ainda no século XIX, quando chegaram os primeiros habitantes vindos do Triângulo Mineiro. Famílias se estabeleceram na localidade conhecida como Buriti dos Borges e estas deram início ao processo de colonização.

Por mais de cem anos a região viveu apenas da pecuária e da agricultura de subsistência, até que, na década de 1970, com a chegada de migrantes vindos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Campo Verde, então conhecido como Distrito de Posto Paraná, deu um salto de progresso. Primeiro, foi o cultivo de arroz que impulsionou a economia local; depois, a soja ocupou o cerrado e trouxe mais riquezas para o futuro município.

Otávio Eckert veio com sua família do Paraná, em 1974, adquirindo na localidade uma extensa área de terras, denominada, a princípio, Fazenda Campo Real. Instalando-se às margens da Rodovia BR-070, construiu o Posto Paraná, única empresa distribuidora de combustível em um raio de 70 km. Durante muitos anos, a localidade ficou conhecida como Posto Paraná.

Na área do posto, o Sr. Otávio instalou rede elétrica, poço artesiano e outras melhorias. Vislumbrando o surgimento de uma grande cidade naquele lugar, loteou parte de suas terras, vendendo-as para um grande número de migrantes que ali chegavam.

Parte das terras vendidas pelo Sr. Otávio foi transformada no bairro Jupiara. O projeto urbanístico de Campo Verde teve início a partir desse loteamento, quando foram destinadas áreas para residências, equipamentos comunitários, vias de circulação e lotes residenciais.

Para acelerar o crescimento da cidade e evitar a especulação imobiliária, o Sr. Eckert usou uma estratégia, que estabelecia critérios determinantes. Por exemplo, os compradores tinham prazos pré-fixados para construir suas residências ou estabelecimentos comerciais. Caso não os cumprissem, perdiam o direito de compra, a empresa loteadora devolvia o dinheiro ao comprador e readquiria o terreno.

Em 4 de julho de 1988, por Otávio Eckert, Campo Verde conquistou a tão sonhada emancipação político-administrativa.

Localizado na região sul do Estado de Mato Grosso, em

uma altitude de 735 m acima do nível do mar, Campo Verde tem clima tropical, com temperaturas variando entre 18 e 24 graus, com a mínima oscilando entre 10 graus e máxima de 34 graus. A estação chuvosa vai de dezembro a maio, com precipitação pluviométrica entre 9 e 225 mm. A vegetação predominante é o cerrado, com 97% da área, e 3% de mata. O município é banhado pelos rios São Lourenço, das Mortes, Aricá Mirim, Cumbica, Roncador, Ximbica, Galheiros e da Casca.

3.4 Ocupação e implicações ambientais

Uma das maiores riquezas de Campo Verde é o cerrado, formado por florestas, savanas e vegetação de campo. Junto com os pântanos e as matas, tal vegetação forma o ecossistema mato-grossense.

A partir de 1972, o cerrado foi desbravado para o plantio do arroz. Com a adoção de processos de monocultura em ciclos, gradualmente, a vegetação nativa deu lugar às plantações de soja, milho, feijão, sorgo e milheto.

A monocultura é resultante do processo desenfreado de ocupação e exploração das fronteiras da Amazônia mato-grossense, mais acelerado nas décadas de 1970-80, quando foram implementados na região projetos de colonização. Com a chegada de agricultores e pecuaristas em condições de investir na região, o contexto foi alterado, com o incremento da agricultura mecanizada. Tais processos de ocupação repercutiram, violentamente, na questão ambiental.

Em consequência, a paisagem natural do município foi alterada rapidamente. Por exemplo, logo após a realização do primeiro plebiscito, que criou o município (Lei nº 5.314, de 4 de julho de 1988), a população participou de outro para decidir o nome da cidade: Campo Real ou Campo Verde. Essa última denominação foi a vencedora e se deve aos extensos campos que ocupam a região, totalmente plantados com a soja, formando um imenso tapete verde. Essa monocultura foi trazida pelos colonos do Sul do país e se valeu da topografia e terras favoráveis ao seu cultivo.

O abandono às formas originárias de manejo e ocupação das terras alterou sensivelmente o ecossistema, mas a concentração fundiária provocou a aniquilação do legado natural e o quase extermínio do banco genético da flora e da fauna, da biodiversidade, implicando na redução de oportunidades de sobrevivência e de trabalho humano e, na maioria das vezes, impulsionando o êxodo rural, a migração e o inchaço das regiões metropolitanas.

Uma das entrevistadas na pesquisa relata o início do processo de transformação da paisagem local em virtude da monocultura e do emprego de maquinário pesado inerente a essa forma de trabalho agrícola:

Naquele tempo foi derrubado o cerrado. Existia também pouca mata, mas havia muita diversidade de animais, muitas cachoeiras e rios. Nossa casa foi construída na fazenda Três Pinheiros, antes do rio das Mortes. Todos começaram a plantar. A nossa vida em família sempre foi muito unida.

O trabalho era familiar; nossa família plantava arroz e feijão, verduras, frutas, todo tipo de planta. A agricultura era rudimentar. Só nos anos 80 é que começou a chegar o pessoal do Sul. Eles implantaram as lavouras grandes, com bastante equipamento.

Começaram abrir e expandir a plantação. Antes, a nossa agricultura era bem simples e diversificada; lembro que plantávamos de tudo um pouco. Acho que em 80 é que começou mesmo o progresso; vinham muitas famílias, principalmente do Sul. Nós víamos que estava crescendo bastante. Até hoje vêm muitas famílias de mudança pra cá. Houve bastante crescimento. (Professora Xz).

Se, por um lado, são motivos de orgulho o crescimento populacional e a acelerada ocupação da fronteira agrícola do município, por outro, é preocupante a total descaracterização do bioma cerrado com seus recursos hídricos, animais e vegetais.

Por não se constituir em uma das atividades econômicas mais expressivas da região, o turismo ecológico-cultural é praticamente inexplorado. Pouco se comenta sobre as riquezas potencialmente turísticas da região, como cachoeiras, quedas de água, morros, formações rochosas, cavernas e sítios arqueológicos, que espelham um panorama pitoresco e de belas paisagens.

Por sua produção agrícola exorbitante, Campo Verde é o maior produtor de grãos do Estado e o maior produtor de algodão em pluma do país. Com fibras largas e resistentes, seu algodão é apreciado no mercado internacional e vem sendo exportado para Ásia, Estados Unidos e Europa.

Uma questão preocupante é o avanço indiscriminado da monocultura e das formas errôneas de manejo e utilização do solo. As queimadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos destroem a vida terrestre e aquática e reduzem, sensivelmente, a produtividade da terra. Em alguns trechos da região se observam áreas totalmente desérticas. Por exemplo, nas terras que margeiam a rodovia, que dá acesso ao município, via Chapada dos Guimarães, não se verifica, a olho nu, sequer uma reserva ou exemplares da vegetação do cerrado e matas que antes cobriam a área.

No que se refere aos recursos hídricos – águas superficiais (rios, córregos, riachos, lagos) e subterrâneas, Cruz *et al.* (1999) informam que os rios do município contribuem para a formação das bacias hidrográficas do Tocantins e Prata. Apesar de sua importância, é visível o descuido com a preservação das nascentes e com a manutenção das matas ciliares.

A pulverização, por via aérea, de agrotóxicos sobre as lavouras de soja e outras culturas, sem critérios ou preocupação com a saúde dos seres vivos, demonstra, no mínimo, insensibilidade com a preservação da vida no planeta. Acrescente-se a isso o uso de fertilizantes, adubos químicos e herbicidas, etc. Além de causar danos à saúde humana, pela ingestão direta de alimentos contaminados, esses elementos nocivos tanto atingem o lençol freático, contaminando as águas subterrâneas, como são carregados pelas águas das chuvas diretamente para os rios.

O livro: Mobilização da População de Campo Verde para

Preservação das Nascentes do Rio das Mortes, os autores Cruz *et al.* (1999, p. 33) alertam que:

O surgimento e o crescimento das povoações e ocupações humanas no ecossistema, bem como as formas de manejo que são aplicadas ao uso do solo vêm ocasionando sérios problemas de sustentabilidade da própria população, afetando as condições química e física das águas, variações dos períodos hídricos, a diminuição e morte dos recursos fluviais, alterando o clima. Sem contar com os danos causados na sobrevivência de outras espécies que compõem o universo aquático.

Hoje, o ambiente é eliminado e os apelos são fortes no sentido de que as pessoas, os governantes – a sociedade como um todo – precisam reverter as implicações ambientais de toda ordem para não serem eliminadas, também, as possibilidades de qualidade de vida.

Nessa direção, Baptista Filho (1977) alerta para a necessidade de medidas protetoras do meio, em todos os níveis de atuação conservacionista, as quais seriam acolhidas com grande satisfação pela opinião pública, consciente dos perigos que rondam o planeta.

3.5 Enfoques das questões étnico-raciais nas relações sociais e educativas

Por perceber que a diferença entre o tempo de moradia das professoras migrantes e o dos demais habitantes no município repercutia nas relações sociais, refletindo acerca da forma de organização da cidade e das relações de poder existentes, reporta-se à pesquisa desenvolvida pelo sociólogo inglês Norbert Elias e o professor John L. Scotson, publicada sob o título: “Os Estabelecidos e os Outsiders” (1990).

Resultado de aproximadamente três anos de trabalho de campo em Winston Parva, nome fictício para uma cidadezinha do interior da Inglaterra, esses estudos se constituem em valioso instrumental para a abordagem sociológica de questões de grande atualidade, como a violência, a discriminação e a exclusão social.

Embora, inicialmente, fosse direcionada por Scotson (professor de uma escola em Winston Parva) para compreensão da delinquência juvenil, com a orientação de Norbert Elias, a pesquisa foi ampliada para análise sociológica a partir de fontes documentais, entrevistas e, principalmente, de observação.

Na obra, os moradores de Winston Parva se dividiam entre os que se reconheciam como estabelecidos (*established*) na localidade – contavam já três gerações de ascendentes e acreditavam ser detentores de direitos especiais – e aqueles, que haviam chegado à região em uma fase mais recente da industrialização (*outsiders*). Mesmo após diversos anos, esse grupo continuava sendo visto e tratado pelos primeiros – os “da terra” – como estrangeiro e intruso.

Com os estudos em Winston Parva, pode-se compreender que os “estabelecidos” fincavam a distinção e o poder, a princípio, pela antiguidade, estigmatizando, de maneira geral, os *outsiders* como pessoas de menor valor humano. Conforme

argumentam Elias e Scotson (1990, p.19): “[...] considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal destino – que o grupo dominante atribuía a si mesmo”.

Embora considerando, que há uma distinção profunda entre Campo Verde e a pequena cidade do interior da Inglaterra, são coincidentes alguns aspectos, principalmente, no que tange à divisão das moradias em três espaços e à visível distinção e hierarquização, que são estabelecidas na ocupação do espaço e no convívio entre os moradores.

Ao ingressar na cidade, pela BR-070, vindo de Cuiabá, quando se deixa a BR-364, localiza-se, à esquerda, os bairros que constituem a região do Campo Real. Suas ruas são sinalizadas e asfaltadas. Ali foram instaladas as melhores estruturas do ponto de vista social e comercial – agências públicas, bancos, escolas, hospital, consultórios médicos e odontológicos, etc. – além de seus moradores estarem próximos ao Parque Industrial.

Por analogia, servem de referência os estudos de Bourdieu (2007) sobre as distinções sociais e o campo hierárquico, dentro de um panorama de bairros franceses, em sua obra: “A Miséria do Mundo”. Mesmo em situações tão distintas e em outro contexto histórico, Pierre Bourdieu orienta as reflexões, se conceber que o espaço é condicionado pela hierarquização social.

Esse processo pode ser observado na configuração urbana de Campo Verde. Existe na cidade uma parte da estrutura considerada mais bem instalada (acima da BR-070) e outra que se divide em dois blocos de bairros, vista por seus moradores como menos prestigiada.

Bourdieu (2007) afirma, ainda, que o espaço de direito ou apropriado é uma das formas por excelência de ostentação do poder. Daí se observar em Campo Verde, certa arrogância e preponderância dos moradores do Campo Real sobre os demais habitantes da cidade.

Essa organização hierarquizada é criticada pelos moradores residentes em outros bairros da cidade, que comparam o tipo de espaço a eles destinado, considerado inferior em termos de localização e extensão dos terrenos. Tal situação é explicada por uma professora migrante:

Ninguém que vinha de fora com pouco dinheiro morava no Campo Real; o lote lá era muito caro. O mercado imobiliário aqui é muito oportunista. E todo mundo fica elogiando os que lotearam. Eles exploram as pessoas. Para os pobres ficam os terrenos deste tamanhinho, ruas estreitas, terreno bem pequenino. O fulano de tal vai lotear e não faz planejamento, não tem escoamento. (Professora Opq).

A professora (Opq) declara que somente as vias principais são asfaltadas. Mesmo em lugares que foram planejados, avenidas e demais terrenos não são nivelados e ficam expostos a enxurradas e erosões. Ela acrescenta: “Esse pessoal que loteia a cidade ganha muito dinheiro e vive dizendo que são benfeitores do povo”.

Essa pode ser uma manifestação típica dos conflitos que norteiam a convivência dos moradores de Campo Verde e revela o desprestígio dos novos moradores diante dos antigos, uma vez

que no Campo Real as estruturas e os serviços são melhores e bem estruturados.

Outra questão abordada por Elias e Scotson (1990) é que, em Winston Parva, os relacionamentos entre grupos e indivíduos não eram construídos de forma integradora, mesmo em uma população de trabalhadores que, segundo os indicadores sociológicos correntes (como renda, educação ou tipo de ocupação) poderia ser considerada relativamente homogênea. Assim como em Winston Parva, em Campo Verde se constata a tendência para estigmatizar outros grupos com julgamentos morais e sociais:

Quando eu cheguei, tive um impacto muito grande. Colocavam a gente em uma espécie de uma ilha [...]. Não sei explicar bem. Minha família tinha condições de comprar um terreno na Vila Real, mas não quiseram vender para mim. Disseram que meu marido era funcionário e eu, professora, e que nós não tínhamos condições de comprar o terreno. Tive que comprar dois terrenos aqui. (Professora Vcd).

Ao definir a localização do terreno com a expressão “aqui”, a professora está se referindo à parte considerada inferior pelos moradores da cidade, aquela em que os lotes são pequenos. Em seu depoimento, constata-se que não era somente o fator social ou econômico que poderia estar em jogo quanto à sua aceitação na localidade:

Senti muito preconceito com o pessoal daqui. Todo mundo pensava que eu era cuiabana por causa do meu jeito, da minha cor. Meio índia. Sou paranaense, mas a minha mãe é descendente direta dos índios pataxós.

A professora (Vcd) acrescenta que, antes de morar em Campo Verde, sua família residia em Cuiabá, onde se familiarizara rapidamente, considerando o povo cuiabano hospitaleiro: “Me considero uma cuiabana. Eles diziam assim aqui em Campo Verde: ‘Isto é coisa de cuiabano’. Não gostava, mas ficava calada. Eu amo Cuiabá. Adoro Mato Grosso”.

Para Albuquerque Júnior (2007), existe o preconceito quanto à origem geográfica, podendo ser identificado como aquele que marca alguém pelo simples fato de pertencer a um território ou advir de um lugar, uma província, uma vila, uma cidade, um Estado, um país, um Continente. Na concepção do autor, pode ser considerado pelas pessoas, quase sempre mais poderosas, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, menos civilizado, ou habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racial ou culturalmente inferior:

Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desníveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar e no campo dos costumes e das ideias. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 11).

Na fala da professora entrevistada, percebe-se a conotação de preconceito racial por sua origem indígena – ela é considerada diferente com relação à aparência e ao padrão estético das populações sulistas residentes na cidade:

As pessoas nos questionam o que você é, de onde você é. Todo mundo que chega, eles parecem que têm medo que você [...]. Eu cheguei aqui em Campo Verde e conheci o povo

daqui. Achei diferente do povo cuiabano, que nos recebeu super bem, sem aquele medo que o sulista tinha da gente. (Professora Vcd).

Tanto nesse relato quanto no de outras entrevistadas, percebe-se certa intimidação e estigmatização, por parte dos descendentes sulistas, com relação aos mato-grossenses, nordestinos e outros grupos não originários do Sul do país.

Essa lógica excludente é observada, também, no campo do trabalho, do linguajar, nas normas estabelecidas para o cumprimento das tarefas, no ritmo de desempenho, etc.:

As pessoas têm hábito de referir-se aos outros como pertencentes a outro grupo, porque a cor da pele e a sua origem são diferentes [...]. Para mostrar superioridade, o povo sulista achou uma forma de se distinguir, considerou-se mais trabalhador do que o povo mato-grossense. Nomeou-se como quem traz desenvolvimento e progresso. Os grupos afrodescendentes, ainda hoje, sofrem o processo discriminatório (SCHUSSLER, 2007, p. 137).

As professoras, que não têm ascendência europeia, revelam que são negligenciadas em suas oportunidades de acesso dentro da comunidade. Esse fator não está somente condicionado à questão da origem social e econômica, mas também à cor da pele.

As professoras migrantes revelam que lhes é negada a opção de participar sem restrições das atividades do cotidiano escolar, como se elas tivessem de passar por um crivo para ter direito ao acesso e à convivência harmônica no mesmo espaço. Predominam, no local, ideias preconcebidas, ainda que não haja conhecimento da pessoa. Albuquerque Júnior (2007, p.10) esclarece a esse respeito:

O preconceito, como a própria palavra deixa entrever, é um conceito prévio, um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça. É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro de entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade.

Em Campo Verde, do ponto de vista da predisposição negativa, o fenômeno do preconceito racial também se faz presente, como relatam as professoras migrantes (Ptj) (Pnp):

Um dia desses, um aluno meu olhou para um aluno negro e disse: Olha, professora, foi aquele negrinho que pegou a minha borracha. Eu corrigi. Depois, no outro dia, a mãe veio falar que foi o negrinho que pegou a borracha do filho. Notei que vem de casa. Essa questão tem que ser trabalhada com os pais. E com as crianças deve ser trabalhado desde a Educação Infantil, quando começam a apreender conceitos, hábitos e outras habilidades. A questão do preconceito tem que ser trabalhada na escola e na família. Começa pelos pais. Observo que quando alguém procura uma responsável na escola, logo se dirige a um funcionário branco. Parece que não admitem que possa existir uma dirigente escolar negra. Um dia desses, o rapaz que entrega iogurte entregou para a funcionária do apoio e a coordenadora estava logo ali. As pessoas não imaginam que uma negra esteja à frente de um trabalho. Acompanho vários exemplos assim na escola e na cidade.

Jaccoud e Beghin (2002) enfatizam que a exclusão

socioeconômica a que está submetida a população negra produz perversas consequências, que acentuam as desigualdades raciais. Uma delas seria naturalizar a participação diferenciada de brancos e negros, nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo e impedindo o usufruto da cidadania pelos afrodescendentes. Por outro lado, esse processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade brasileira.

Afirmam, ainda, que esse processo de exclusão e de desigualdade está diretamente relacionado ao fenômeno da discriminação racial, quando historicamente os indivíduos vêm sofrendo discriminação em razão de sua cor. Esse é um processo que opera nas diferentes esferas da vida social, como na educação e no mercado de trabalho. A desigualdade racial emerge, assim, como fruto de um processo complexo, no qual se pode identificar a ação de diferentes fenômenos: o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial.

Em seus estudos, Müller (2005, p.8) apresenta as seguintes definições a respeito do conceito de racismo e de preconceito:

Racismo e preconceito são modos negativos de ver pessoas ou grupos que possuem características físicas diferentes daquelas dos que se considerem maiores, superiores, aí entram como características que marcam: a cor da pele, o tipo de cabelo, etc. O racismo e o preconceito não são explicáveis, muitas vezes o racista ou o preconceituoso conhece muito pouco as pessoas ou grupos de quem tem ojeriza. [...] Já a discriminação é uma ação, uma atitude ou manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou cor. A discriminação acontece quando o racista externaliza seu racismo ou age de alguma forma que prejudica uma pessoa ou grupo.

Outro fato que chama a atenção de quem convive na cidade de Campo Verde é que os moradores estabelecidos há mais tempo no local, também impõem normas e regras aos recém-chegados.

A entrevistada (Zab) relata as sensações do primeiro contato com os colegas, logo ao chegar à cidade: “Era um pessoal que tinha aquela postura, aquele linguajar. Pensei até em desistir. Senti um linguajar bem puxado pelos sulistas.” Esses estereótipos, alimentados pela linguagem, encontram ressonância na conceituação de Costa (2007, p. 29):

A linguagem humana é o principal marcador de distanciamento dos seres humanos e de outros seres. Sua abrangência extrapola os limites do dito e do escrito, para tingir os âmbitos do som e em suas formas mais diversas, dos sentimentos, das configurações de sistemas e de muitas outras infinitas formas.

Percebe-se, ainda, na relação das professoras com os dirigentes escolares locais, a questão da rigidez e da pressão para o cumprimento das normas, mesmo em situação que foge ao controle pessoal, no caso de saúde, por exemplo:

Quando cheguei aqui, a minha filha adoeceu de bronquite. Muitas vezes ficava no hospital. Passava noites no hospital. Se eu atrasasse dois minutinhos, um pouquinho, a diretora vinha me chamar a atenção. Ficava lá no portão me esperando, para me chamar minha atenção. Eu chorava muito. Eu estava sozinha com meus filhos. Senti que os outros professores

daqui eram diferentes, me senti um pouco discriminada. Eu me sentia menosprezada. (Professora Zab).

Do conjunto de relatos, é possível observar que no ambiente educativo são reproduzidas distinções entre os professores. Continuamente, é relatado que há certa imposição de normas, assim como sugestão de atividades, por parte dos educadores de Ilha I: Campo Real. Esse conjunto de normas poderia representar a referência imposta para os professores das escolas situadas nos bairros intermediários ou periféricos. Por exemplo, a Escola Estadual Sabina é considerada uma instituição da elite.

Argumentam, ainda, que as famílias de maior poder aquisitivo matriculam seus filhos na Escola Progresso da rede particular de ensino:

Os professores da Sabina são professores da elite de Campo Verde, sugerem até que é uma escola-modelo. Até sugerem que tudo que fazem lá tem que ser feito pelos outros professores. Pois observo que eles também [...]. Pois eles também erram, não considero que são modelos. Eles têm mais condições de trabalho. As salas de aula não são tão lotadas quanto as nossas. Lá estão trabalhando as ex-secretárias de educação do município. Antes, elas diziam em seus discursos: “a minha escola”. (Professora EF).

Elias e Scotson (1990) colaboram, ainda, para a compreensão dos fenômenos observados em Campo Verde, na medida em que afirmam que a satisfação que cada um extrai da participação no carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais, quando, concomitantemente, os membros dos grupos *outsiders* são tidos como não observantes dessas normas e restrições.

4 Conclusão

Constata-se, assim, que no processo de ocupação urbana e rural do município de Campo Verde repercutem os cenários naturais e humanos que expõem as relações de conflitos no presente e no passado, quando os primeiros habitantes praticamente foram eliminados para que o ambiente fosse ocupado, e no presente, quando a ocupação e a exploração indevida também causam danos à vida e ao equilíbrio ambiental.

Campo Verde pode ser considerada a terra dos povos Bororo, expulsos de suas terras e hoje vivendo um processo de aculturação na reserva de Mururé Sangradouro, gerenciada pela Missão Salesiana. Sacrificados para dar lugar ao avanço do tão famigerado ‘progresso’, que traz consigo suas máquinas, seus conceitos e práticas predadoras de lidar com a terra e com os recursos naturais, a voz desses povos ainda ressoa nas narrativas das professoras, revelando que, para eles, restam apenas os estereótipos e versões preconceituosas.

Até hoje se vê muita crítica em relação ao índio, externada por uma das professoras entrevistada: “Eles aqui acham que os índios querem muita terra, que são preguiçosos, que não trabalham bem. Acham que a área dos índios é muito extensa.” (Professora Kl).

Confirma-se, assim, a necessidade de conhecimento quanto à verdadeira relação do índio com a terra e sua forma de cultivá-la unicamente para sua sobrevivência, o que faz estender o olhar para as regiões de fronteira, onde os conflitos do passado e os em curso no presente estão intimamente ligados à ocupação do espaço físico.

Como se não bastasse a distinção espacial e social, em Campo Verde são também reproduzidos comportamentos estigmatizantes e segregadores, bem como reveladores de preconceito de cor e de raça, que deveriam repercutir para a formulação de políticas públicas educacionais, que contemplassem a superação das distinções entre os moradores.

Referências

- ALBURQUERQUE JUNIOR, D.M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAPTISTA FILHO, O. *O homem e a ecologia: atualidades sobre problemas brasileiros*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BORDIGNON, M.; SILVA, F.A.J. *Dossiê índios em Mato Grosso. Operação Anchieta - OPAN Conselho Indigenista Missionário - CIMI/MT*. Cuiabá: CIMI, 1987.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- COSTA, C.S. *O negro no livro didático de língua portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores*. Cuiabá: UFMT/IE, 2007.
- CRUZ, S.F.O.; MYAZAWA, G.C.MC.; PAULA, A.M. Mobilização da população de Campo Verde, MT, para a preservação das nascentes do rio das Mortes, MT. III Programa de Suporte Técnico à Gestão de Recursos Hídricos. Cuiabá: UNIC/ABEAS/MMARH, 1999.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERREIRA, J.C.V. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1993.
- GUIMARÃES NETO, R.B. *A cidade simbólica: inscrições no tempo e espaço*. Cuiabá: EDUFMT, 2006.
- JACCOUD, L.B.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.
- JOANONI NETO, V. O Norte de Mato Grosso na década de 1970: fronteira, migração e trabalho temporário. In: JOANONI NETO, V. *Política, ambiente e diversidade cultural*. Cuiabá: EDUFMT, 2007. p.85-103.
- MARTINS, J.S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, J.S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MONTENEGRO, A.T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2011.
- NÓVOA, A. *Vida de professores*. Porto: Porto, 1991.
- SECCHI, D. Lidando com as diferenças no cotidiano das escolas e das políticas públicas brasileiras. In: SECCHI, D. (Org.). *Trabalhando as diferenças na educação básica. Lei 10.639/2003*. Cuiabá: NEPRE, 2004. p.10-16.
- SCHUSSLER, D. Migrantes camponesas e professoras primárias: trajetórias de vida entre o espaço privado e o espaço público. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Movimentos Sociais) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.